

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PSD
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – Republicanos
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – Avante

SUMÁRIO

1 – ATAS

1.1 – 58ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura
1.2 – Comissões

2 – ORDEM DO DIA

2.1 – Plenário

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 – ERRATAS



ATAS

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 25/10/2022

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofícios – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.027 e 4.029/2022; Requerimentos nºs 11.918 e 11.919/2022 – Comunicações: Comunicações da Comissão de Segurança Pública (2) – Registro de Presença – Oradores Inscritos: Discursos do deputado Cristiano Silveira, da deputada Andréia de Jesus, dos deputados Virgílio Guimarães, Coronel Henrique e Doutor Jean Freire e da deputada Beatriz Cerqueira – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Decisão da Presidência – Comunicação da Presidência – Leitura de Comunicações – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Doutor Jean Freire – Alencar da Silveira Jr. – Tadeu Martins Leite – Ana Paula Siqueira – André Quintão – Andréia de Jesus – Bartô – Beatriz Cerqueira – Bernardo Mucida – Betinho Pinto Coelho – Carlos Pimenta – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Coronel Henrique – Cristiano Silveira – Dalmo Ribeiro Silva – Delegado Heli Grilo – Doorgal Andrada – Doutor Wilson Batista – Duarte Bechir – Elismar Prado – Fábio Avelar de Oliveira – Fernando Pacheco – Gil Pereira – Glaycon Franco – Guilherme da Cunha – Gustavo Mitre – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Leninha – Léo Portela – Mário Henrique Caixa – Mauro Tramonte – Professor Irineu – Professor Wendel Mesquita – Roberto Andrade – Sávio Souza Cruz – Tito Torres – Ulysses Gomes – Virgílio Guimarães – Zé Guilherme – Zé Reis.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– O deputado Zé Reis, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Coronel Henrique, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador do Município de Ouro Fino, solicitando que seja encaminhado à Comissão da Pessoa com Deficiência pedido para que seja formulado voto de congratulações com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ouro Fino, que completará 45 anos em 25 de novembro de 2022. (– À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador do Município de Ouro Fino, solicitando que seja encaminhado à Comissão de Saúde pedido para que apresente requerimento à Secretaria de Saúde solicitando que a Lei Federal nº 14.321/2021, que trata da inclusão dos profissionais de fisioterapia e de terapia ocupacional na estratégia de saúde da família, seja amplamente divulgada nas 853 secretarias e diretorias de saúde. (– À Comissão de Saúde.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador do Município de Ouro Fino, solicitando que seja encaminhado à Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia pedido para que apresente requerimento à Reitoria da Universidade Estadual de Minas Gerais solicitando visita da reitora a Ouro Fino, para discutir com autoridades locais a possibilidade de abertura de um câmpus da Uemg nesse município. (– À Comissão de Educação.)

Do Sr. Paulo Henrique Chiste da Silva, vereador do Município de Ouro Fino, solicitando que seja encaminhado ao deputado João Vitor Xavier pedido de apoio para instalação de academia ao ar livre nos Bairros dos Caneleiras e da Várzea. (– Ao deputado João Vitor Xavier.)

Da Sra. Daniele Souza Carmona, presidenta do Conselho Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, encaminhando as moções elaboradas na 14ª Conferência Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, realizada nos dias 23 e 24 de agosto de 2021. (– À Comissão de Trabalho.)

Do Sr. Maurício Soares, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, informando a celebração do Convênio nº 21/2022, entre a União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais, e o Estado, por intermédio da Polícia Militar do Estado, tendo por objeto a prestação de serviços de segurança relacionados ao processo eleitoral e cujo inteiro teor pode ser acessado por meio de consulta ao *link* que informa. (– À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição do Estado, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

O presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.027/2022

Declara Paraguaçu-MG como capital da produção de ternos do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica concedido ao Município de Paraguaçu o título de capital da produção de ternos no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 20 de outubro de 2022.

Doutor Paulo (Patri)

Justificação: Berço da indústria da produção de ternos em Minas Gerais, Paraguaçu abriga empresas que estão consolidadas no mercado há mais de 80 anos, buscando qualidade e referência do produto em nosso estado e no Brasil.

A contribuição de Paraguaçu com o progresso de Minas Gerais é notória, as indústrias vem se consolidando ao longo dos anos com criatividade e inovação na produção de ternos.

Autêntica e consolidada no setor têxtil brasileiro, Paraguaçu está estrategicamente localizada ao sul do estado de Minas Gerais, a cerca de 300 quilômetros de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, principais polos econômicos do país possibilitando a arrecadação de divisas e geração de emprego em nosso Estado.

Assim, pela importância da matéria aludida, acreditamos na aprovação deste projeto de lei por nossos ilustres pares.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Desenvolvimento Econômico para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.029/2022

Altera a Lei nº 23.421 de 19/9/2019 que dispõe sobre o direito ao gozo de férias-prêmio adquiridas por servidor público civil ou militar da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado que tenha participação no tratamento médico de cônjuge, companheiro ou parente com diagnóstico de neoplasia maligna ou qualquer outra doença grave.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Acrescente-se à Lei nº 23.421 de 19/9/2019 o seguinte artigo onde convier:

“Art. ... – O servidor público, descrito no art. 1º desta lei, poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo de sua remuneração até 3 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovados, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.”

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 21 de outubro de 2022.

Doutor Paulo (Patri)

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 11.918/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja formulado voto de congratulações com os Srs. João Marcos do Amaral Ferreira e Leonardo Moreira Pio, delegados de polícia, André Leite Drumond, inspetor de polícia, Washington Rezende, Heberth Roberto Leite Oliveira, Dênis Leite Drumond, Alcides Augusto de Castro Xavier e Edmar Marcos de Souza, investigadores de polícia, e Kleber Machado, escrivão de polícia, pela exitosa operação intitulada “Prisioneiro de Azkaban”, em Itaúna, em que um jovem de 27 anos foi detido após cumprimento de mandado de busca e apreensão.

Nº 11.919/2022, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado à Polícia Civil em Belo Horizonte pedido de providências para que seja solicitado à Delegacia de Polícia Civil do Departamento de Lavras empenho na investigação dos recorrentes roubos de material ferroviário da linha de responsabilidade da VLI, compreendido entre os Municípios de Lavras e Três Corações.

Comunicações

– São também encaminhadas à presidência comunicações da Comissão de Segurança Pública (2).

Registro de Presença

O presidente – A presidência gostaria de registrar a presença de alunos da Escola Estadual José Alvarez Filho, da cidade de Guarani, na Zona da Mata. Agradecemos a presença dos alunos.

Oradores Inscritos

O deputado Cristiano Silveira – Sr. Presidente, nobres colegas, trabalhadores e servidores da Assembleia, público que nos acompanha, meu boa-tarde a todos e a todas.

Quero dizer que esta semana é uma semana muito importante para o nosso país: semana que precede o domingo 30/10/2022, quando ocorrerá o segundo turno das eleições presidenciais no nosso país. Eu tenho dito que, na minha opinião, é a eleição mais importante desde a redemocratização do Brasil. Todas, é claro, tiveram sua relevância, mas esta, como muitos aqui já sabem, significa a escolha de dois projetos muito claros para o nosso país. Não se trata só, como já ocorreu em outros momentos, de um debate sobre o modelo econômico, como aconteceu em várias eleições em que o PSDB nos derrotou ou foi derrotado por nós, do PT. Debatíamos se teríamos uma social-democracia ou um modelo socialista. Debatíamos sobre que modelo de lógica econômica teríamos: mais liberal, neoliberal, mais presença do Estado. Essa eleição tem outros componentes, ela fala muito de civilidade. Essa eleição é sobre se queremos um país que vai aprofundar um contexto de autoritarismo, de violência, de retirada de direitos, de arbitrariedade, ou se queremos voltar a ser um país que caminhava, como vinha caminhando desde 1988, a partir da promulgação da Constituição, dentro de seus marcos civilizatórios, de respeito às instituições, de respeito aos Poderes, de harmonia entre os Poderes, garantindo a independência de cada um deles; um país em que a gente vinha conquistando o nosso respeito no mundo todo. Isso tudo, nos últimos anos, vem-se perdendo.

O que marcou o segundo turno dessas eleições até este momento? E olhe que muita coisa pode acontecer até domingo! O que vem marcando esse segundo turno? Da parte do candidato que hoje governa o nosso país, as coisas mais absurdas que se poderiam imaginar. Recentemente, nós vimos um dos coordenadores da campanha de Jair Bolsonaro, Roberto Jefferson, atirar numa viatura da Polícia Federal. O tiro de fuzil à altura do banco poderia ter acertado a cabeça ou o coração dos policiais. Dois policiais foram feridos. Além de cerca de 50 tiros, granada. Lançamento de granada. Isso é resultado, é produto do discurso que se instaurou no nosso país; é resultado da violência, da permissão de qualquer tipo de arbitrariedade, do desrespeito às nossas instituições e à regra constitucional. Se não me engano, o nome de uma das pessoas feridas, uma policial, é Karina Oliveira. Ela e o delegado Marcelo Vilela foram atingidos pelo ataque feito por Roberto Jefferson, amigo de Jair Bolsonaro. A repercussão do fato foi tão grave que o presidente correu à imprensa, às redes sociais para dizer que não tinha nenhuma relação com Roberto Jefferson.

Ele chegou a dizer, inclusive, em entrevista, que não havia sequer uma fotografia dele com Roberto Jefferson. E nós vimos... A internet está aí. Viva a internet, que não deixa as coisas serem esquecidas! Há várias fotografias de Jair Bolsonaro com Roberto Jefferson. Inclusive há elogios do candidato dele ao governo de São Paulo, Tarcísio de Freitas, a Roberto Jefferson. O próprio Tarciso reafirma e confirma o apoio de Jefferson ao Sr. Jair Bolsonaro. E, se não me engano, Karina de Oliveira, policial federal... Recebi a informação, e estou verificando, mas me parece que ela é mineira, da cidade de Tabuleiro.

Eu pergunto: será que o povo de Minas Gerais compactua com esse tipo de coisa, com esse tipo de ato? Tenho certeza absoluta de que não. O estranho é que não vimos nenhuma nota do governador de Minas Gerais a respeito disso. Se estamos falando realmente... Quer dizer, poderia ser cidadão de qualquer Estado, de qualquer lugar do mundo que abominaríamos esse tipo de ato. Mas sendo uma cidadã mineira, no cumprimento das suas funções como policial, atacada da maneira covarde como foi, qual foi o posicionamento em solidariedade do governador Romeu Zema? Até o presente momento, nenhum.

Também quando Roberto Jefferson atacou, de maneira vulgar, a ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, também mineira, nem um pio do governador Romeu Zema. O governador fez uma escolha, que, de forma pragmática, não havia feito no primeiro turno, mas, no segundo turno, deixou a máscara cair e mostrou de que lado está. Do mesmo lado de Roberto Jefferson, que apoia Jair Bolsonaro; do mesmo lado do goleiro Bruno, do mesmo lado do Dr. Jairinho, do mesmo lado de Flordelis, do mesmo lado de pessoas como Gabriel Monteiro, abusador de crianças. Esta foi realmente a opção que o governador Romeu Zema fez: estar do lado de pessoas condenadas por homicídio, assassinos, pessoas violentas como Roberto Jefferson? Realmente é deste lado que o governador de Minas Gerais está? Nós, mineiros, não concordamos com isso de forma alguma. Nós, mineiros, de maneira alguma concordamos com isso.

Ainda falando do que significa esse segundo turno e dos seus eventos bizarros, o que mais nós vimos? Ora, o atual presidente, candidato à reeleição, coloca a sua turma para dizer, no submundo das fake news, que se o presidente Lula for eleito ele vai fechar igrejas. Ninguém nunca viu uma linha do presidente Lula sobre isso; pelo contrário, quando ele governou, criou a lei da liberdade religiosa, criou o dia da Marcha para Jesus, o Dia do Evangélico. Mas nós vimos os correligionários de Jair Bolsonaro irem a Aparecida, num dia sagrado para os católicos, para fazer uma grande algazarra, tomando cerveja. Muitos estavam embriagados, atacando, xingando padres e bispos num dia tão importante. Depois disso, várias igrejas foram atacadas, imagens foram destruídas. Depois disso, vários padres foram atacados e sofreram violência. Será que aqueles que estão indecisos, pensando na escolha a fazer, não vão ponderar isso nesta reta final? E o povo mineiro, majoritariamente católico, também questiona esse que está ao lado do governador Romeu Zema. Está ao lado desse tipo de gente?

Esta semana... Este segundo turno também foi marcado por outros fatos. Do lado de lá, há as fakes news dos banheiros: diz-se que se o PT ganhar vai haver banheiro para menina e menino usarem em conjunto, porque, do lado de cá, é em defesa da família. Mas nós vimos o presidente da República dizer em alto e bom som que, vendo venezuelanas menores de 14, rolou um clima, pintou um clima. E a primeira-dama tenta justificar: “Não. É uma força de expressão”. E, quando a gente checa na internet outros momentos em que ele utiliza o termo “pintou um clima”, é exatamente com conotação sexual. Ou seja, há, sim, um componente forte de pedofilia nesse discurso, o que vem sendo denunciado por Simone Tebet.

Fico imaginando: o governador está do lado desse tipo de ato, de prática, de discurso? Sério mesmo que o governador Romeu Zema está do lado de quem apresenta sinais, elementos que deixam isso claro, que nos fazem concluir que há indícios de pedofilia? O mineiro não concorda com isso, e acho que as pessoas que estão indecisas no nosso país vão ponderar isso nesta semana ao refletir sobre seu voto.

E o submundo da campanha do atual presidente fala que, se o Partido dos Trabalhadores vencer, vai transformar o Brasil em uma Venezuela, que o Brasil vai se tornar uma Venezuela. Ora, todos os elementos da “venezuelização” do Brasil já se encontram no governo de Jair Bolsonaro quando se apropria do aparato das Forças Armadas; quando diz que, sendo eleito, quer mexer na

estrutura do Supremo para conseguir constituir uma maioria nele; quando quer se apropriar e ter maioria nos parlamentos e propor mudanças, o que não aconteceu nem um segundo durante o tempo em que o presidente Lula governou, nos oito anos. Quem conduz o Brasil a elementos da “venezuelização”, quem é amigo de ditadores é o Sr. Jair Bolsonaro, que, inclusive, chegou a fazer homenagens ao ditador do Paraguai, Stroessner, que também é conhecido por abusar de menores, por seu harém das meninas virgens para saciar a sua vontade. Ele foi homenageado por Jair Bolsonaro.

É sério que o governador Romeu Zema está se aliando com esse tipo de gente, com esse tipo de pessoas que pensam dessa forma, que têm esse tipo de discurso? Tenho certeza de que o povo mineiro, não; o povo mineiro repudia isso.

Dizem também que, caso o presidente Lula vença, este país vai se transformar em um país comunista. Ora, nós já governamos. Em qual segundo da história, do período em que governamos, este país se transformou em um país comunista? Nós viramos foi um país consumista. As pessoas compraram carros, compraram geladeiras, compraram televisão, compraram moto, compraram casa, e, como disse o próprio ministro do Sr. Jair Bolsonaro, o Sr. Paulo Guedes, a empregada doméstica estava indo passar férias na Disney. É esse o comunismo do qual eles têm medo? Essa história do comunismo da boca dos apoiadores do Jair Bolsonaro me lembra minha infância. Quando queriam fazer medo na gente, falavam para a gente tomar cuidado com o homem do saco. “Olhe, cuidado com o homem do saco que ele vai passar na rua e vai levar você.” O comunismo agora virou isso para as pessoas que não têm informação, que não têm esclarecimento, que não pesquisam.

Então, nós precisamos de um Brasil mais igual, mais justo, com pessoas com direito ao consumo, com acesso à educação, com possibilidade de se alimentar melhor, de ter casa, de ter emprego, com o aumento real do salário mínimo. Nós fizemos deste país um pouco de um país socialdemocrata, foi o máximo a que nós conseguimos chegar. O máximo que o Brasil chegou perto do comunismo foi quando nós jogamos contra a Rússia – parece – na década de 1970 em uma Copa do Mundo.

Então, são esses factoides que se vão criando para se tentar provocar um sentimento de medo nas pessoas. É evidente que quem tem memória... As pessoas com mais de 20 anos de idade não têm o direito de dizer que acreditam nisso porque têm memória do que foi o período em que governamos. São fatos versus mentiras, notícias falsas. E outra coisa: eles falam que, se essa turma ganhar, vai acabar a liberdade de expressão; falam que eles querem censurar, querem impor a censura. Ora, impor a censura? Quem está impondo a censura é este governo. Vocês sabem que o comunicador Felipe Neto, um dos digital influencers mais importantes do nosso país, já disse que, no período em que o PT governava, ele fazia oposição ferrenha ao PT e nunca foi ameaçado, nunca foi censurado, mas que, no governo de Jair Bolsonaro, acionaram a Lei de Segurança Nacional contra ele. Quem aqui vai implantar a censura? Nós vimos o repórter cinegrafista que cobria o episódio na frente da casa de Roberto Jefferson sofrer violências de apoiador bolsonarista e de Roberto Jefferson com uma porrada na cabeça – a câmera bateu em sua cabeça depois de ter feito uma cirurgia neurológica, e ele está em situação grave.

Então, eu espero que o eleitor indeciso do nosso país, eu espero que o eleitor que não foi votar, eu espero que o eleitor mineiro – e estou dialogando com o povo mineiro, com os meus conterrâneos mineiros – coloque isso tudo na balança, coloque isso tudo na balança.

Olhem, gente, eles agora tentam construir um conjunto de mentiras para tentar enganar as pessoas porque a eleição está apertando para o lado deles. As pesquisas desta semana apontam a vantagem do presidente Lula de 6%, 7%. Nesta semana o jacaré vai abrir a boca, como a gente costuma dizer quando, na pesquisa, os candidatos vão se distanciando. É neste cenário que eu quero dizer para vocês: eles começam agora a dizer coisas que vão fazer e que não estavam fazendo antes. Vejam: a Folha de S.Paulo divulgou que o ministro Paulo Guedes havia dito, confirmado, enviado ao Congresso que não haveria aumento real do salário mínimo, não haveria aumento do salário mínimo – e a inflação correndo.

Isso foi nos quatro anos do governo Jair Bolsonaro. Agora eles estão dizendo que não, que, se forem eleitos, vão desindexar o salário mínimo, que vai haver aumento real. Por que não o fizeram? Quando o Lula governou, houve aumento real do salário

mínimo, combinando a inflação com o PIB do período. Agora eles estão falando que o presidente Lula falou: “Nós vamos ser eleitos e vamos fazer aqui a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5.000,00”. Eles correram para dizer o seguinte: “Olhe, então, nós vamos fazer até R\$6.000,00.” Mas essa proposta eles fizeram há quatro anos. Não fizeram a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$5.000,00 e estão dizendo que agora vão fazer para quem ganha até R\$6.000,00. Que o povo mineiro reflita, que os indecisos reflitam, que os que se abstiveram reflitam, que os que votaram em branco e nulo reflitam, porque, além disso tudo que eu estou dizendo, é civilidade versus barbárie. O presidente Lula pode ter seus defeitos, mas sempre foi um democrata, sempre foi um homem que prezou pelo respeito às pessoas, às instituições, à família, à liberdade religiosa e colocou o nosso país numa condição de país respeitado no mundo todo. Está em nossas mãos escolher qual é o caminho que nós queremos para o Brasil: aprofundar-nos no negacionismo, no obscurantismo e no autoritarismo ou voltar a dialogar com todas as forças civilizadas do mundo e também do nosso país. Essa é a nossa reflexão para o povo mineiro.

A deputada Andréia de Jesus – Boa tarde, presidente; boa tarde, colegas deputadas e deputados, público que acompanha a Assembleia Legislativa, trabalhadores que aqui estão, da comunicação. Boa tarde! Eu me inscrevi, presidente, para trazer três assuntos que me chamaram a atenção. Eu gostaria de começar a semana ocupando este Plenário para trazer esses assuntos.

Primeiro quero reforçar aqui o que eu já fiz nas redes sociais, que é ser solidária às mães que perderam filhos em operações policiais. Sou presidenta da Comissão de Direitos Humanos pelo segundo ano. A gente acompanha a dor das mulheres negras como eu, mães solas que perdem filhos em ações extremamente violentas, em territórios extremamente vulneráveis e que têm que assistir pelas redes sociais, pela tevê, a um ex-deputado federal que pratica crime grave, um atentado de vida a outros policiais; e ver ainda a posição da Polícia Federal ao negociar com criminoso, tratando-lhe com um privilégio que nós, povo negro, povo que mora na periferia, jamais vimos nenhum policial conceder. A abordagem policial em territórios vulneráveis é sempre de ameaças cotidianas à vida das pessoas.

E a gente tem que ver o Roberto Jefferson, deputado federal, que responde por crime grave contra instituições fortes e importantes, como o STF, atacando as mulheres. E aqui quero também ser solidária à ministra Cármen Lúcia, porque as palavras que saem da boca desse homem ferem toda e qualquer mulher neste país. É um ataque às mulheres de forma misógina; e, não satisfeito com isso, ataca o sistema de Justiça, que, embora também seja ocupado por muita gente cheia de privilégios, precisa ser respeitado, porque, se a gente, de fato, quer garantir segurança pública e quer garantir que a nossa vida tenha valor, a gente precisa respeitar as instituições. Então, também quero ser solidária à ministra Cármen Lúcia.

Outra coisa que é importante: acho que, no meio dessa fumaça, dessa cena ridícula de ver um deputado, que ficou anos ocupando a Câmara Federal, atacar o STF, é preciso entender o quanto é importante a lei do desarmamento. É grave a gente ter um presidente da República que incentiva o uso de armas por cidadãos, por pessoas comuns, porque é uma ameaça aos familiares, é uma ameaça às mulheres. E hoje a gente viu que a própria Polícia Federal foi ameaçada por uma pessoa que tem uma granada entre os artefatos da sua casa. Coisa simples, não é? Saiu para comprar um maço de cigarro e trouxe uma granada. Isso é muito grave. Nós estamos aqui para reforçar a importância da lei do desarmamento. Ninguém compra arma para fazer coisa boa, para cuidar da família, para cuidar da saúde, para cuidar do bem-estar, para cuidar da praça em frente à sua casa, não é?

Nós precisamos reforçar a importância de a gente defender direitos humanos numa perspectiva de garantir dignidade para as pessoas. Quando a gente fala de dignidade, eu quero já entrar no terceiro assunto, que é o salário mínimo. Recentemente, nós vimos Paulo Guedes, o ministro deste desgoverno Bolsonaro, anunciar que o salário mínimo e a aposentadoria não mais vão acompanhar a inflação. Eu quero chamar a atenção de você que é chefe de família como eu, que criou filho sozinho, foi diarista, nunca teve carteira assinada, que não consegue planejar a vida porque ganha o dinheiro que vai comer naquele dia, que está trabalhando agora com aplicativo. Imagine o salário mínimo e a aposentadoria não acompanharem o aumento da inflação! Se hoje você entra no

supermercado e já não consegue comprar produto de limpeza, já não consegue comprar carne e está levando ovo para casa, outros estão comendo osso, como a gente viu. São imagens que circularam amplamente. Nós estamos falando de miséria.

A palavra “miséria” já tinha desaparecido no Brasil. Havia extrema pobreza ou pobreza, mas estamos falando de pessoas viverem em situação de miserabilidade. Imagine você se, nos últimos quatro anos, o salário mínimo não acompanhasse o aumento do salário. Antes, no governo Lula, sempre no primeiro dia de janeiro, havia reajuste de salário que superava a inflação. E se isso acontecer com cada um dos servidores que está aqui, na Casa? Se o salário dos trabalhadores não seguir minimamente a alteração da inflação, você não consegue entrar no supermercado e levar arroz para casa. Você vai ter que tirar do carrinho de compra o arroz, o leite. Ou é arroz ou é fubá. A gente vai voltar a comer canjiquinha. Quantas vezes meus pais tiveram que substituir arroz por canjiquinha! Nós estamos falando de dignidade humana.

Então, eu venho aqui, a Plenário, novamente dizer que nós corremos risco. Já estamos vendo o nosso povo passar fome, revirar caminhão do lixo para comer, comer resto de sacolão. Eu moro em Ribeirão das Neves e faço questão de que todo o meu salário, toda a minha remuneração fique dentro da cidade que me elegeu. E eu fico constrangida de hoje entrar no sacolão que fica no centro de Ribeirão das Neves e ver mulheres da minha idade – eu tenho 44 anos – comendo banana do lixo, pegando resto de legumes para levar para casa, aquilo que o sacolão já despreendeu, de que abriu mão. Isso não é dignidade. A gente está discutindo, às vezes, pautas de costumes, que é importante. A gente luta por ter identidade, identidade com o nosso corpo, valorização das mulheres, valorização da religião, porque é caro para a gente ter religião e poder falar das nossas crenças. Mas, neste momento, o País avança para algo que é a barbárie: pessoas que foram eleitas há anos atacando instituições como a polícia, como o Supremo; a Suprema Corte do País servindo de deboche em live; pessoa que está presa, cumprindo pena domiciliar... Eu pergunto para você que está no Aglomerado da Serra, no Cabana, no Morro do Papagaio: existe alguém cumprindo pena domiciliar que pode usar as redes sociais para atacar juiz, atacar desembargador, atacar ministro? O que é isso senão o racismo estrutural esfregando na cara da gente que ser pobre e ser preto é o motivo de a gente hoje estar cumprindo pena. Mais de 800 mil presos, e 40% deles nem sequer passaram pelo devido processo legal. Estão lá cumprindo pena. Em vários presídios aqui, em Ribeirão das Neves e na região metropolitana, estão com doenças graves, que estão acometendo as pessoas acauteladas, chegando até suas famílias. A humilhação que essas mulheres sofrem ao visitar um ente que está privado de liberdade, mas que, para se ressocializar, recuperar... Essas frases que se perderam no tempo, porque, na verdade, o que nós vimos em relação à Justiça e à segurança pública é uma discriminação. E dói, dói ver a polícia tratar de forma diferenciada pessoas que estão em conflito com a lei. E a gente precisa falar disso em espaço público. É para isso que eu fui eleita, para trazer debates e reflexões que, nesta Casa, são muitas vezes apagados ou invisibilizados. Porque, enquanto isso, eu tenho certeza de que há mais uma mãe chorando a morte dos seus filhos por esse mesmo sistema de Justiça, que trata alguém que ataca policiais com granada, com tiro como uma pessoa depressiva, que precisa de tratamento, que precisa de cuidado, que precisa de acolhimento. A maioria do povo brasileiro precisa de cuidado, e por isso nós apoiamos uma política que tenha respeito aos trabalhadores e trabalhadoras.

O salário mínimo, a aposentadoria é o que mantém a maioria das famílias na periferia. O supermercado, a economia local é mantida por aquele aposentado, aquela aposentada, que hoje mantém a família inteira, porque o número de desempregados é muito grande. Então há o reajuste dessa aposentaria anualmente, observando que o aumento da cesta básica no supermercado é fundamental. É fundamental, presidente. Eu me inscrevi porque isso vai sufocando. Só quem vive na periferia e acompanha diariamente a vida dessas famílias que dependem de aposentadoria, de salário mínimo... Não estou falando aqui de alto escalão do Judiciário, de alto escalão do Executivo; nós estamos falando de gente que vive com o mínimo existencial, o mínimo existencial.

Por isso é que eu chamo a atenção de vocês: é muito importante que alguém tenha compromisso com o salário mínimo; tenha compromisso com os aposentados; tenha compromisso com as mães solo, que trabalham e vivem o dia. É importante que a gente avance na proteção daqueles que estão em situação mais vulnerável, porque a gente sabe que, quando a assistência social se

afasta, quando a política de educação se afasta, quando a política de saúde se afasta, o que chega é a falsa segurança pública que ataca aqueles mais pobres que reagem a isso.

Eu sigo com o meu compromisso. Ontem... Eu quero falar aqui também a experiência de ter ouvido mais de 90 associações quilombolas para explicar o que é a lei orçamentária, que está aqui, nesta Casa, para ser votada. É o momento em que os parlamentares podem fazer indicação no orçamento. Nós sentamos com cada uma dessas associações quilombolas para ouvir as demandas, ouvir as necessidades. E a gente ouviu muitas delas dizerem: “Nós precisamos de política para atender a juventude quilombola, porque, se a política não chega, chegam outras forças que destroem os territórios, e por omissão do Estado”. Escola integral, cursos profissionalizantes. Eu sou fruto de política pública. Mudou a minha vida ser cotista. Mudou a minha vida ter passado pelo ProUni. Não estudei em faculdade pública, infelizmente, mas ainda pretendo fazer mestrado, doutorado, compartilhar o meu saber com as universidades federais. Eu estudei pelo ProUni. As cotas mudaram a minha vida. Hoje eu sou advogada popular, acompanho a luta de quem não tem moradia, de quem não tem teto, mas eu coloco o meu conhecimento a serviço da comunidade. É isso que as comunidades quilombolas reivindicaram ontem à noite. Nós ficamos de 7 horas as 10 horas da noite ouvindo as comunidades. Elas diziam: “Cuidem dos meus filhos. Cuidem dos herdeiros”. Nós precisamos enfrentar isto: fazer uma política que queira cuidar dos herdeiros, dos saberes tradicionais, e não uma política que só atende os privilegiados desde a colonização. Obrigada, presidente.

O deputado Virgílio Guimarães – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, virtualmente ocupo a tribuna da Assembleia Legislativa para me dirigir aos prefeitos do meu estado, aos meus conterrâneos de Minas Gerais. É natural que cada cidadão, o que inclui os prefeitos, tenha a sua opinião a respeito das candidaturas e que possa inclusive externar a sua opinião, o seu voto, e fazer a sua campanha. Isso é natural. É o meu pensamento, mas, sobretudo, o pensamento do presidente Lula, que, enquanto presidente, tratou com absoluto espírito republicano todos os prefeitos deste país. Ele respeitou a diversidade, as opiniões distintas; foi uma administração pública federal que soube tratar com republicanismo, com igualdade, todos os prefeitos.

Sabemos o tanto que as prefeituras dependem de recursos federais. Suas obras e seus investimentos sobretudo são oriundos de recursos federais. É importante, portanto, haver na Presidência da República alguém que trate isso com igualdade, com espírito republicano, como disse. Mas, sobretudo, é importante saber que, neste momento, também a sociedade cobra de cada um, dos prefeitos, dos candidatos à Presidência da República, do Ministério Público, do Judiciário, dos legislativos, sejam eles municipais, estaduais ou federal, o tratamento respeitoso com o eleitor. É direito do eleitor comparecer e ter como comparecer para votar. Compete às prefeituras, à fiscalização do Ministério Público Eleitoral, à Justiça Eleitoral, à Justiça como um todo, garantir o exercício desse direito.

Da mesma forma é inadmissível que se admita alguém pressionar, alguém fazer campanha de forma ilegal e ilegítima, pressionando subordinados, servidores, sejam eles servidores públicos ou servidores de empresas, também é inadmissível que alguém possa negar as condições de comparecimento do eleitor. Falo isso com o sentimento de que os prefeitos de Minas Gerais, respeitando a opinião de cada um, tenho certeza, vão fazer a sua parte junto ao Ministério Público Eleitoral e junto à Justiça Eleitoral, garantindo o comparecimento, em massa, dos eleitores mineiros, sobretudo dos mais pobres e sobretudo dos eleitores das zonas rurais, utilizando-se dos recursos que as prefeituras têm. E eles têm a obrigação de utilizá-los nesse sentido. Esse espírito republicano que faz parte da ideologia e da prática do nosso candidato, o ex-presidente Lula e futuro presidente Lula, tenho certeza, deve fazer parte também do exercício do poder de cada município.

Então conto com cada um de vocês, prefeitos de Minas Gerais. Os eleitores querem votar, e, em Minas Gerais, vão votar com a colaboração republicana de todos. Que cada um faça a sua parte. Será eleito o que tiver o apoio da população brasileira, mas que seja assegurado o direito de voto de cada um, sobretudo dos mais pobres, sobretudo dos moradores das zonas rurais mais distantes, que são aqueles que também têm que manifestar a sua vontade, e essa vontade será respeitada. Um abraço, prefeitos. Conto

com vocês. Tenho certeza de que nós todos, e cada um, fará a sua parte, inclusive o futuro presidente Lula, reeditando a administração de espírito republicano que sempre fez. Tenho dito.

O deputado Coronel Henrique – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores desta Casa. É com muito orgulho que subo nesta tribuna, pela primeira vez, depois do resultado das eleições, inicialmente para agradecer, agradecer a cada mineiro que confiou a mim o seu voto e a responsabilidade de continuar sendo o primeiro militar de carreira das Forças Armadas que ocupa uma cadeira no Legislativo mineiro. Tenho a certeza de que os valores que carregamos durante 30 anos no Exército Brasileiro foram determinantes para que a população fizesse novamente essa escolha. Também uma escolha muito importante será feita no próximo dia 30, e venho aqui para trazer algumas reflexões ao povo mineiro sobre o que estará sendo decidido no próximo domingo. No próximo domingo, decidiremos muito mais do que o embate entre um candidato e outro. Faremos uma opção baseada em fatos, baseada em números, das experiências que os dois candidatos já tiveram no exercício da Presidência da República.

O mundo hoje, em 2022, é muito diferente do mundo de 2003. No mundo, as mudanças são muito dinâmicas, as exigências da economia e dos projetos econômicos refletem a necessidade da modernidade, refletem a necessidade de que os nossos gestores e os nossos líderes se adaptem aos novos tempos. E, quando falo de novos tempos, falo de um Brasil que, desde 2019, tem enfrentado seus maiores desafios frente a catástrofes de calamidade pública, principalmente a pandemia do Coronavírus, e – por que não dizer? – a tragédia de Brumadinho, a crise hídrica, a recessão na Argentina e também, muito importante, a guerra que hoje acontece em solo europeu e que interfere em todos os aspectos de liderança econômica do mundo inteiro. Hoje o mundo responde por crises mundiais, e nisso os números não deixam mentir.

E aí faço uma reflexão com relação à modernidade. Este governo, que atualmente é administrado sob a liderança do Cap. Jair Bolsonaro, capitão do Exército, assim como eu, demonstra uma adaptação aos novos tempos, demonstra uma política econômica atrelada aos novos tempos. Ainda ontem participei de uma reunião em que a economista, na Faemg, dava demonstrações muito claras de que o Brasil hoje não é o País do futuro. Os números demonstram que já somos o País do presente. Somos hoje o celeiro do mundo, graças a investimentos muito assertivos no nosso agronegócio. Acordos comerciais muito importantes, que foram feitos como nunca antes na República pela nossa ministra da Agricultura, ministra Tereza Cristina, hoje senadora eleita pelo Mato Grosso do Sul, colocam o Brasil na vanguarda do nosso agronegócio mundial. Para cada cinco pratos de comida hoje produzidos no mundo, um prato é produzido no Brasil. O Brasil hoje representa a segurança e a reserva alimentar do mundo.

Pela primeira vez, na nossa história, o Brasil tem uma inflação, Sr. Presidente, menor que a inflação dos Estados Unidos. A Europa hoje enfrenta uma crise sem precedentes: o Reino Unido, a França. E tempos sombrios ainda chegarão à Europa. A Rússia e a Ucrânia deixam hoje a Europa com fome e também deixarão a Europa com frio. E o Brasil? E o Brasil, com a liderança do presidente Bolsonaro, como se encontra nesse cenário mundial? Encontra-se no momento único, em que, nos últimos três meses, tivemos uma queda da inflação, uma deflação, enquanto todo mundo sofre com a inflação. Nesse cenário global, o País que mais cresce hoje, que vai ultrapassar o crescimento da China inclusive, é o Brasil.

Por que essas reflexões? Porque esse é o modelo econômico moderno. Esse é o modelo econômico de 2022. E nós temos um embate, um embate das pautas econômicas. Eu gostaria muito, aqui, de poder discutir a pauta que tenta competir com o atual governo federal, mas o outro candidato não apresentou sequer seu programa de governo, não apresentou a sua equipe de ministros. Então você, eleitor, você, de Minas Gerais, você vai fazer uma escolha, você vai trocar o certo pelo duvidoso, vai apostar no romantismo da juventude que acredita nas falsas e fáceis promessas que hoje devem ter um caminho para cumprir? Hoje o mundo exige respostas rápidas, exige profissionais no primeiro escalão do governo. E foi isso que o presidente Jair Bolsonaro fez nesses últimos três anos e 10 meses. Observe bem, Sr. Presidente, que o nosso presidente da República, hoje, tem a grande maioria dos seus ministros eleitos pelo voto popular, eleitos senadores da República, como já citei aqui a ministra Tereza Cristina. Temos o ministro Rogério Marinho, temos o astronauta Marcos Pontes, todos eleitos senadores. Nós temos também o ministro Tarcísio no segundo

turno – ganhou o primeiro turno em São Paulo –, e o ministro Onix Lorenzoni, dentre vários outros, sinal da capacidade deste governo de gerar lideranças positivas.

Então é dentro dessa reflexão que eu gostaria que você, mineiro que nos ouve, refletisse sobre a importância da sua escolha. Não estamos falando de nomes. Estamos falando de projetos. Não estamos falando em cima de narrativas, estamos falando em cima de fatos concretos. O adversário do hoje presidente da República há 40 anos é o único nome da esquerda brasileira. A esquerda sufocou todos os outros nomes, para que só esse nome, hoje, com mais de 75 anos... Inclusive, essa idade foi determinante para que o crime do qual ele foi descondenado tivesse prescrito, pela idade do réu.

E hoje esse réu se candidata à Presidência da República. Isso deve ser muito bem analisado, principalmente por aqueles que não foram às urnas no primeiro turno, talvez por estarem desanimados com os resultados das pesquisas eleitorais, que indicavam uma vitória da esquerda já no primeiro turno. E nós vimos que as pesquisas eleitorais, que em nenhum momento indicaram o candidato Jair Bolsonaro com mais de 40% das intenções de votos, eram pesquisas manipuladas. Não há como acreditar que num momento, há quatro meses antes da eleição, algumas pesquisas apresentavam o candidato com 26% dos votos sendo que este, no momento das urnas, teve quase 45% dos votos válidos. Então, mineiro, faça essa reflexão. Mais uma vez, trago à pauta a discussão de ideias.

E agora vamos falar de Minas Gerais. Minas Gerais, que tem hoje no governador Romeu Zema, eleito em primeiro turno, um líder que a colocou nos trilhos em total alinhamento com o governo federal. Esse alinhamento, que já traz resultados positivos, certamente é uma oportunidade ímpar que Minas Gerais terá de ser agalgada a desenvolvimentos tão próximos daqueles desenvolvimentos que o Estado de São Paulo experimenta. Então o mineiro deve ter muita consciência do que irá fazer no próximo dia 30. O governador Romeu Zema será muito mais alinhado ao presidente Bolsonaro. Aquele que escolher o presidente Bolsonaro certamente estará trazendo para Minas Gerais investimentos que nunca foram feitos. Então, como mineiros, reflitam, reflitam em cada município de Minas Gerais, porque hoje nós temos mais de 650 prefeitos alinhados com a proposta do nosso governador.

Durante os momentos que antecederam a campanha eleitoral, muito ouvi falar, muito ouvi falar, inclusive neste Plenário, que, se o candidato de oposição ao governador Romeu Zema, que foi o ex-prefeito de Belo Horizonte, tivesse a sua campanha atrelada ao ex-presidente da República, teria todos os votos de confiança do mineiro, e não foi isso que aconteceu. O nosso governador Romeu Zema demonstrou a sua liderança, e hoje, sob a liderança do governador Romeu Zema, 650 prefeitos do Estado de Minas Gerais estão cientes de que as coisas acontecem nas cidades. E é nas cidades que hoje esses prefeitos experimentam os repasses do governo do Estado, os repasses do governo federal absolutamente em dia, diferente do que acontecia na última gestão, diferente do que aconteceu na gestão desastrosa de Fernando Pimentel, em que prefeitos entraram em desespero, inclusive servidores públicos, que tiveram atacados os seus direitos mais sagrados, como o seu salário. Muitos daqueles – alguns certamente nos ouvem – foram colocados no SPC por conta de uma manobra econômica exercida pelo PT quando no governo de Minas Gerais.

Todas essas reflexões, todos esses fatos estão claramente expostos hoje, não necessariamente na mídia, mas nós temos vários meios de acessar essas informações, nós temos plataformas seguras de busca na internet. Então não se baseiem em narrativas. Escolham o seu candidato baseados em fatos, em fatos que aconteceram no Brasil nos últimos 30 anos. Essa reflexão é muito importante quando fazemos uma reflexão de um Brasil envolvido como liderança da América Latina, de um Brasil envolvido como liderança da América do Sul. Nós temos aqui, hoje, uma experiência, talvez importante sob o ponto de vista humanitário, que é a Operação Acolhida, comandada pelo Exército brasileiro lá em Pacaraima, em Roraima. Lá o Exército brasileiro está, já há mais de um ano, com diversos companheiros de farda, colegas inclusive de turma de formação, recepcionando venezuelanos que fogem da fome, venezuelanos que não são narrativa, venezuelanos que hoje recebem um acolhimento deste governo e estão espalhados por todo o Território Nacional fugindo de um país que há 23 anos experimentou a eleição de Hugo Chávez.

Naquele momento, a juventude e a população mais pobre comemoraram, e hoje, 23 anos depois, essa mesma população foge: foge da miséria, foge de uma política nefasta. Não existe a possibilidade de a Venezuela voltar a ser aquilo que já foi há 30 anos,

ou seja, um dos países mais ricos das Américas, com as maiores reservas de petróleo do mundo, e hoje o seu povo é levado à condição de subnutrição. Nós temos exemplos aqui, na América; nós temos uma esquerda em Cuba, que também recebeu recursos do governo brasileiro durante o governo do PT. Fica sempre uma reflexão. Por que o governo do PT investiu no Porto de Mariel, em Cuba? Por que o governo do PT construiu o metrô de Caracas, na Venezuela? Por que o governo do PT apoiou com recursos a Nicarágua, de Daniel Ortega? Por que construiu aeroportos na África, em países dominados por uma ditadura de esquerda? E, quando eu venho falar de ditadura, senhores, não venho falar do passado; venho falar do que está acontecendo hoje, na América do Sul.

Todas essas questões nós todos deveremos analisar, sem uma pauta do bem e do mal, sem uma pauta de ódio, mas trazendo para a reflexão de vocês a importância do voto no próximo dia 30. O Brasil tem a opção de continuar no caminho da prosperidade. O Brasil tem a opção de continuar respeitando a sua bandeira verde e amarela, que estava jogada no chão, tinha sido substituída por bandeiras vermelhas. Hoje o povo brasileiro tem orgulho da sua Pátria; o povo brasileiro tem orgulho da sua bandeira. O lema “Deus, pátria, família e liberdade” deverá ser considerado por cada um que fizer essa opção no próximo dia 30. Novamente agradeço o seu voto. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos. A vocês, a minha melhor continência.

O deputado Doutor Jean Freire – Boa tarde, Sr. Presidente, colegas deputadas e deputados que nos acompanham de maneira remota; quero cumprimentar também todos os servidores e servidoras da Casa e o povo mineiro. Estou aqui falando diretamente do Vale do Jequitinhonha.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de repudiar o ato de uma colaboradora de uma rede de farmácias, a rede Indiana, que fez um ato racista, publicando nas suas redes sociais um ataque ao povo maxacali, um ataque aos indígenas, dizendo, Sr. Presidente, que os roubos no centro da cidade de Teófilo Otôni aumentaram devido à presença do povo maxacali no local. Eu quero repudiar esse ato racista. Aliás, quem tirou de quem? O povo indígena já estava aqui, já estava aqui (– Falha na transmissão do áudio.) antes de nós. (– Falha na transmissão do áudio.) Estão me escutando?

O presidente – Agora, sim. V. Exa. está com a palavra. Ocorre falha na conexão.

O deputado Doutor Jean Freire – Então, Sr. Presidente, afinal de contas... (– Falha na transmissão do áudio.) Estão me escutando?

O presidente – Somente escutando; só está faltando conexão.

O deputado Doutor Jean Freire – Se me permite, Sr. Presidente, você pode restabelecer o meu tempo para eu iniciar a minha fala?

O presidente – Está paralisado. Com a palavra, V. Exa.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. Presidente, primeiramente eu gostaria de repudiar o ato feito por uma colaboradora da rede de farmácias Indiana, numa fala racista contra o nosso povo maxakali. Ela disse nas suas redes sociais, e publicou um vídeo, que os assaltos no centro da cidade de Teófilo Otôni aumentaram devido à presença do nosso povo maxakali, inclusive mostrando imagens de crianças indígenas. Foi uma fala racista contra o povo que estava nessas terras antes. Então, Sr. Presidente, eu me questiono, eu fico me perguntando: quem tirou de quem? Esse povo aqui já estava. Se não bastasse essa fala...

Eu também gostaria de me solidarizar com uma defensora desse povo maxakali, a servidora pública Roberta Canguçu, que tem sofrido ameaças de morte porque repudiou esse ato, ela que, no seu dia a dia, vive a defesa desse nosso povo. O nosso mandato já entrou com um requerimento na Comissão de Direitos Humanos pedindo que se tome conhecimento e acompanhamento do fato, e também na Promotoria pública.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria também de chamar a atenção para um momento importante que vive o nosso país. Entramos numa semana decisiva. (– Falha na transmissão do áudio.) Gostaria de chamar a atenção para o nosso povo. A gente ouve falar tantas coisas na tribuna da Assembleia, nas redes sociais, em todos os espaços. E nós não podemos nos calar, nós não podemos

aceitar que isso seja normal. Nós ouvimos falar que o governo do PT emprestou dinheiro à Cuba, à Venezuela, à Nicarágua, à África. O PT emprestou dinheiro às empresas brasileiras para que fizessem obras nesses países. Isso a lei permite. Afinal de contas, eles falaram que iam abrir a caixa preta do Banco de Desenvolvimento, e nunca se achou nada dela. Então o que o governo do PT fez foi legal e foi com empresas brasileiras, para que desenvolvessem obras naqueles países.

É verdade, nós temos que nos adaptar aos novos tempos, também ouvi isso aqui agora há pouco; é verdade, temos que nos adaptar a novos tempos. Se, lá na Europa, a Rússia e a Ucrânia estão causando fome como eu ouvi dizer há pouco – na Europa –, aqui temos um governo causando fome há quatro anos ao nosso povo, causando desemprego há quatro anos ao nosso povo, causando baixos salários há quatro anos ao nosso povo.

Quero discutir o Brasil real, quero discutir o Brasil do dia a dia do nosso povo. Eu, realmente, como ouvi dizer agora há pouco, quero chamar para essas discussões, e não para a luta do bem e do mal. Como era bom a gente ouvir falar isso durante toda a campanha! Nós queremos chamar para a discussão do Brasil real, sim, da economia, sim, porque o outro lado só traz esta inverdade que é a luta do bem do mal. Eles trazem para esse discurso, eles trazem para esse discurso dos costumes, eles trazem para esses discursos moralistas que eles não têm, têm totalmente o oposto. Aliás, o que eles falam, o que eles dizem combater é aquilo que está dentro deles, e, no dia a dia, nós mostramos isso; no dia a dia, as redes sociais, os jornais, as ruas mostram isso. No nosso Brasil, a violência está aumentando a cada dia, a cada dia, e a gente escuta o presidente dizer que, nos morros, nas periferias, só há bandido. Onde estão os bandidos? Onde estava a Polícia Federal agora, no domingo? Por acaso, ela foi fazer busca, apreensão, prisão no morro? Onde é que ela foi fazer? (– Falha na transmissão do áudio.) Ou seja, onde estão os bandidos? Quem são os bandidos? Fica essa reflexão para o nosso povo. De que lado estão esses bandidos? Fica essa reflexão para o nosso povo.

Eu quero aqui me solidarizar com os agentes da Polícia Federal (– Falha na transmissão do áudio.) que foram covardemente atacados. Quero também me solidarizar com a ministra do Supremo, Cármen Lúcia, não porque ela é ministra (– Falha na transmissão do áudio.), mas porque foi covardemente (– Falha na transmissão do áudio.) de todos os colegas.

Eu quero falar da política de armamento e chamar a atenção de você, mãe; de você, cristão, cristã, seja evangélico, seja da Igreja Católica, seja de qualquer denominação religiosa; eu quero chamar a atenção de vocês. Imaginem um filho de vocês, uma filha de vocês saindo e dizendo: “Pai, mãe, fiquem tranquilos, eu estou saindo armado”; “Olhem, na festa aonde eu vou, fiquem tranquilos, não vai acontecer nada, todos estão armados”. Eu quero chamar a atenção das mulheres quanto às palavras ditas pelo ex-deputado Roberto Jefferson em relação à ministra. Eu quero chamar a atenção das mulheres, das mulheres evangélicas, cristãs. Vocês concordam com as palavras que foram ditas em relação à ministra? Vocês concordam (– Falha na transmissão do áudio.) de dizer que não tratar uma moça (– Falha na transmissão do áudio.) cor da pele é (– Falha na transmissão do áudio.) devia ser normal. Normal para quem? Para ele? Para quem quer que seja, isso não é correto, isso não é de Deus a quem fala tanto o nome de Deus, que usa tanto o nome de Deus. É usar o nome de Deus em vão. Isso não é de Deus, isso não é de família. Há quem fala tanto de família e a cada dia destrói as famílias brasileiras, a cada dia coloca um contra o outro. Isso não é de Pátria, isso não é ser patriota. Levar fome ao nosso povo, levar fome aos nossos irmãos. Dizer que os nossos irmãos nordestinos não sabem votar, isso não é patriota, isso não é cristão, isso não é família. Eles sabem sim, votar. E como sabem! Eles sabem qual governo que levou a educação para os filhos deles, eles sabem qual governo que levou água para os filhos deles, (– Falha na transmissão do áudio.) levou desenvolvimento. Deu mais para quem tem menos, fazer para quem tem menos, dar mais para quem tem menos. É dar para todo o Brasil, é pensar no Sul, é pensar no Sudeste, no Noroeste, é pensar em todo o Brasil quando nós fazemos mais por quem tem menos.

Então, eu realmente quero convidar... Eu fico feliz quando vejo essa situação de nos convidarem para a discussão da economia. Vamos! Vamos comparar! Aí eles falam assim: “Mas o PT governou por 14 anos!”. Olha, está bom. Vamos pegar somente e mais nada do que isso, somente os quatro anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Não vamos pegar mais. Vamos pegar só os quatro anos. Eu moro (– Falha na transmissão do áudio.) numa região onde há institutos federais, universidades; eu moro numa região

onde foram feitas cisternas para captação de água da chuva, barragens de médio porte, barraginhas; eu moro numa região onde foi criado também o Samu, como em todo o Brasil. E aí, quando eles tentam comparar, eu falo assim: “Peguem somente uma obra, só uma! Não precisa mais de uma, nas mais de 400 cidades onde o povo mineiro está agora me ouvindo. Pensem nesses dias que faltam para o dia 30, para o domingo decisivo para o futuro do nosso país, dos nossos filhos. Pensem!”. (– Falha na transmissão do áudio.) o que foi feito na sua cidade? (– Falha na transmissão do áudio.) e o que foi feito lá atrás, em 2003, 2004, e o que foi feito agora? E com essa desculpa, agora, foi a pandemia, (– Inaudível.) foi o momento em que menos se cuidou do nosso povo, em que debochou do nosso povo. Eu sou médico. Doía e dói em mim. Eu não esqueci, eu não esqueci o deboche ao nosso povo; eu não esqueci a imitação ao nosso povo sentindo falta de ar, enquanto nas noites, nos dias e dias de plantão, eu tinha que ficar avaliando paciente por paciente, imaginando se estava na hora de entubar o paciente ou não, vendo-o segurar na minha mão, pedindo para eu fazer uma chamada de vídeo com a família porque queria se despedir. Muitos achavam que aquele era o momento final e que, se fossem entubados, não voltariam. E quando eu ligava nos noticiários, via o mandatário do Brasil (– Falha na transmissão do áudio.) de presidente debochando do nosso povo, imitando, falando que era gripezinha, falando que não era coveiro, falando que não tinha nada a ver com isso, negando o cuidado ao nosso povo. (– Falha na transmissão do áudio.) todos os brasileiros, cada um que perdeu um amigo, que perdeu um parente (– Falha na transmissão do áudio.) Não podemos, de maneira nenhuma, nos esquecer disso. É esse Brasil de quem cuidou e quer cuidar (– Falha na transmissão do áudio.) comparado com o Brasil de quem passava o ano (– Falha na transmissão do áudio.), comparado com (– Falha na transmissão do áudio.) ódio (– Falha na transmissão do áudio.) agora disseminando ódio. Sem citar nome, eu digo: “Eu sou do lado da verdade, e não da mentira. Eu sou do lado do amor, e não do ódio (– Falha na transmissão do áudio.). Eu sou do lado de defender todas as diversidades, eu sou do lado dos mais pobres. Um grande abraço a todos e a todas.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidente, boa tarde; boa tarde a todos que nos acompanham.

Presidente, eu fiz questão de usar a palavra hoje para parabenizar, cumprimentar e parabenizar a prefeita de Contagem, Marília Campos, atendendo à realidade, além, evidentemente, de uma determinação judicial para todo o Brasil, uma recomendação para todo o País, no próximo domingo: aqueles que precisam de transporte no Município de Contagem terão o transporte gratuito. Parabéns, Marília Campos, pela iniciativa. Da mesma forma, eu quero parabenizar o prefeito de Belo Horizonte. Atendendo a um clamor popular – e muitos movimentos populares se articularam, dizendo da importância de que, no domingo, não haja cobrança de tarifa para que a população de Belo Horizonte possa se deslocar para exercer esse direito sagrado do voto –, o prefeito Fuad também determinou a gratuidade do transporte público coletivo no domingo para quem transitar em Belo Horizonte. São medidas importantes e necessárias para garantir a soberania e a liberdade do voto popular. Isso é muito importante.

Lamentavelmente, diferente da realidade, nós vimos agora o governador do Estado Romeu Zema se posicionar contra. Ele se posiciona tão bem, tão amigo das mineradoras! Ele se posiciona tão bem e tão amigo das locadoras, que aqui, em Minas, veem os seus privilégios sendo tão plenamente defendidos pelo governador! É lamentável que o governador sempre se posiciona favorável a quem é rico, a quem tem poder econômico e poder político. E, quando são direitos relacionados à população, ele sempre é contrário. E aí é o mercado que vai orientar, aí o governo não tem que atuar. Eu quero lamentar a postura de um governo que está a serviço dos bilionários, que cuida tão bem de interesses das mineradoras e das locadoras de carro no nosso estado, mas que é incapaz de ter um gesto republicano enquanto governo do Estado; de também atuar para a gratuidade do transporte aqui, no nosso estado. No caso dele, não é o transporte municipal, mas, sim, o intermunicipal. E me espanta – e tem a ver exatamente com essa postura do governo Zema – que, logo no início do segundo turno, além de declarar apoio ao atual presidente, que é candidato à reeleição, fez uma reunião com prefeitos.

É claro que não é real a fala dita de que mais de 600 prefeitos estão aí na linha de frente da campanha do atual candidato à reeleição à presidência da República, articulada pelo governo daqui, de Minas Gerais. Mas vejam: houve reunião com os prefeitos; na sequência, a Fiemg declara apoio à reeleição do atual presidente da República; e, de repente, Minas Gerais dispara, presidente, como o

Estado campeão de denúncias de assédio eleitoral. É lamentável nós virmos aqueles prefeitos que estão na linha de frente na campanha da reeleição do atual presidente da República atuarem de forma a coibir, de forma a pressionar; e, da mesma forma, empresários que, em Minas Gerais, estão na linha de frente dessa campanha do atual presidente da República também se posicionarem pressionando e tencionando os seus trabalhadores para uma votação da qual já nos libertamos há muito tempo, que é o voto de cabresto.

Então, eu quero dizer a você que nos acompanha aqui, nos trabalhos da Assembleia: seu voto é secreto; seu voto decide a sua vida. Não acredite nos falsos profetas; não acredite na turma que está usando a religião para pressioná-lo, para manipulá-lo; não aceite que o seu patrão diga em quem você deve votar nem o prefeito da sua cidade, que deveria estar preocupado com a sua vida na cidade, mas que está cometendo crime, porque assédio eleitoral é crime.

Denuncie e exerça o seu poder de decisão, que é sagrado, que é soberano, que é o seu direito de voto no próximo dia 30. Nós vamos nos ver livres dessa onda de ódio, dessa onda de mentira, dessa onda de assédio eleitoral, dessa onda de fazer a política a serviço de muito poucos, a serviço dos bilionários; e voltaremos a ter uma política a serviço da vida; e devolveremos a bandeira verde e amarela, que foi sequestrada pelo fascismo no último período, ao povo brasileiro, porque ela pertence ao povo brasileiro.

Gratidão, presidente.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Decisão da Presidência

A presidência, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, determina a anexação do Requerimento nº 11.877/2022 ao Requerimento nº 11.750/2022, ambos da Comissão de Educação, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 25 de outubro de 2022.

Dalmo Ribeiro Silva, no exercício da presidência.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram aprovados, nos termos do parágrafo único do art. 103 do Regimento Interno, os Requerimentos nºs 11.918 e 11.919/2022, da Comissão de Segurança Pública. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

– A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pela Comissão de Segurança Pública (2) – aprovação, na 46ª Reunião Extraordinária, em 18/10/2022, dos Requerimentos nºs 11.732, 11.764, 11.765, 11.767 e 11.770, 11.772 e 11.853/2022, do deputado Sargento Rodrigues, 11.756, 11.757 e 11.762/2022, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, e 11.838/2022, do deputado Antonio Carlos Arantes; e aprovação, na 47ª Reunião Extraordinária, em 25/10/2022, dos Requerimentos nºs 11.906/2022, do deputado Sargento Rodrigues, e 11.907/2022, do deputado Duarte Bechir (Ciente. Publique-se.).

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 26, às 14 horas, com a ordem do dia que foi publicada na edição anterior. Levanta-se a reunião.

ATA DA 27ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 22/6/2022

Às 17h55min, comparecem à reunião a deputada Laura Serrano e os deputados Hely Tarquínio, Cássio Soares, Ulysses Gomes e Tito Torres (substituindo o deputado Braulio Braz, por indicação da liderança do BSM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Hely Tarquínio, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 83/2022 na forma do vencido em 1º turno (relator: deputado Ulysses Gomes), Projeto de Lei nº 3.766/2022 na forma do vencido em 1º Turno (relator: deputado Hely Tarquínio); Ofício nº 897/2022 na forma de projeto de resolução apresentado (relator: deputado Hely Tarquínio). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de outubro de 2022.

Hely Tarquínio, presidente – Cássio Soares – Professor Cleiton – Mauro Tramonte.

ATA DA 21ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/10/2022

Às 16h11min, comparecem à reunião as deputadas Ana Paula Siqueira, e as deputadas Andréia de Jesus e Leninha, de forma remota, membros da supracitada comissão. Está presente, também, a deputada Beatriz Cerqueira. Havendo número regimental, a presidenta, deputada Ana Paula Siqueira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e a subscrive. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios das Sras. Carolina Santos Lages, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (5/8/2022); Gabriela Gervason Reis, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (11/8/2022); Geniana Guimarães Faria, da Secretaria de Estado de Educação (4/8/2022), e dos Srs. Weber Dias Oliveira, da Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (25/8/2022); Leorges de Araújo Rodrigues, da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (20/8/2022); Fabio Baccheretti Vitor, da Secretaria de Estado de Saúde (6/8/2022); Leonardo Amaral Castro, secretário municipal adjunto do governo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (5/8/2022). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 13.160/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Ministério da Cidadania pedido de providências para que retome e fortaleça, inclusive no tocante ao seu orçamento, as ações do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais – Programa Cisternas –, com vistas a promover o acesso à água para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos, de maneira a minimizar os efeitos deletérios da escassez hídrica no semiárido

brasileiro, em especial no Município de Chapada do Norte e na região do Médio Jequitinhonha, diante dos relatos tanto de falta de água quanto da baixa qualidade do recurso nessas localidades;

nº 13.161/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – pedido de providências para que adote medidas com vistas a fomentar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf –, em especial as ações dos seus subprogramas denominados Pronaf Mulher e Pronaf Jovem, considerando a sua relevância tanto para as agricultoras quanto para os jovens que necessitam de acesso a crédito para financiar suas atividades econômicas;

nº 13.162/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – pedido de informações sobre o resultado das pesquisas de qualidade da água ofertada ao Município de Chapada do Norte, em especial às comunidades residentes nas áreas rurais, considerando as denúncias de que a água disponibilizada é de baixa qualidade e não tem recebido o devido tratamento;

nº 13.163/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Prefeitura Municipal de Chapada do Norte pela adoção de ações prioritárias e céleres para mitigar a escassez hídrica e a baixa qualidade da água disponível no município, por meio da oferta de água através de caminhões-pipa para as famílias que solicitam o serviço, diante de tantas dificuldades decorrentes da carência desse bem fundamental, ressaltando-se que no decorrer da audiência pública realizada durante a 18ª Reunião Extraordinária da comissão, em 14/7/2022, foram vários os que se manifestaram positivamente em face da postura proativa da atual gestão municipal no tocante ao problema mencionado;

nº 13.164/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de informações sobre as políticas públicas, os programas e os projetos existentes na Pasta que tenham por norte a perspectiva de superação da dura realidade da escassez hídrica e da baixa qualidade da água disponível para a população do Município de Chapada do Norte e da Região do Médio Jequitinhonha, indicando, inclusive, o orçamento destinado a essas ações, ressaltando-se que a demanda em questão foi apresentada no decorrer da audiência pública realizada durante a 18ª Reunião Extraordinária da comissão, em 14/7/2022;

nº 13.165/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Chapada do Norte pedido de providências para o desenvolvimento de políticas públicas e para que somem-se esforços a outros órgãos públicos, do Governo do Estado ou do Governo Federal, com vistas a minimizar os problemas de escassez de água no município, ressaltando-se que a demanda em questão foi apresentada durante a audiência pública realizada no decorrer da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, em 14/7/2022;

nº 13.166/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Chapada do Norte pedido de providências para que sejam adotadas medidas com vistas a coibir a instalação de poços artesianos irregulares nesse município e promovida a devida fiscalização dos poços artesianos regulares disponíveis, de maneira a garantir que a água ofertada seja viável para o consumo humano, sobretudo diante de denúncia da impropriedade para o consumo nos dois poços artesianos da comunidade do Batiêiro; e sejam disponibilizados, com a urgência devida, novos poços artesianos para a comunidade mencionada, com vistas a minimizar os problemas de escassez de água no município, ressaltando-se que a demanda em questão foi apresentada durante a audiência pública realizada no decorrer da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, em 14/7/2022;

nº 13.167/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Câmara Municipal de Chapada do Norte pedido de providências para que adote medidas cabíveis, no âmbito de suas competências, no sentido de fiscalizar os programas, projetos ou ações de promoção da oferta regular e segura de água potável ao Município de Chapada do Norte, ressaltando-se que a demanda em questão foi apresentada durante a audiência pública realizada no decorrer da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, em 14/7/2022;

nº 13.168/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad – pedido de providências para adoção das medidas cabíveis voltadas para a proteção e a preservação das nascentes de rios no Estado, considerando-se os prejuízos que a mineração e a monocultura causam a essas nascentes e, por consequência, à oferta regular e segura de água potável às famílias mineiras, ressaltando-se que a demanda em questão foi apresentada durante a audiência pública realizada no decorrer da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, em 14/7/2022;

nº 13.169/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para adoção das medidas cabíveis para garantir a oferta regular de água e em condições de consumo e uso para as escolas do Município de Chapada do Norte, em especial para a Escola Estadual Professora Maria Gomes da Silva, diante do relato da frequente falta desse bem fundamental na referida escola, com enormes prejuízos para toda a comunidade escolar, ressaltando-se que a demanda em questão foi apresentada durante a audiência pública realizada no decorrer da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, em 14/7/2022;

nº 13.170/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Chapada do Norte pedido de providências para que seja mantida a disponibilidade da oferta regular de água aos munícipes, por meio de caminhões-pipa, especialmente para a população residente em comunidades localizadas nas áreas rurais, considerando-se as denúncias relacionadas aos prejuízos causados às famílias em face da falta da oferta regular e segura de água potável no município, ressaltando-se que a demanda em questão foi apresentada durante a audiência pública realizada no decorrer da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, em 14/7/2022;

nº 13.171/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S.A. – Copanor – e à Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário de Minas Gerais – Arsae-MG – pedido de providências para adoção das medidas cabíveis para garantir a oferta regular e segura de água potável, portanto devidamente tratada, às famílias do Município de Chapada do Norte, especialmente para as comunidades residentes nas áreas rurais, evitando-se, com isso, os inúmeros prejuízos decorrentes da oferta de água de maneira irregular e sem condições para o consumo humano, pelo não tratamento ou mesmo pelo tratamento ineficiente, a exemplo daqueles ligados à saúde da população ou ao desenvolvimento de atividades socioeconômicas, ressaltando-se que a demanda em questão foi apresentada durante a audiência pública realizada no decorrer da 18ª Reunião Extraordinária da comissão, em 14/7/2022;

nº 13.212/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para garantir o cumprimento da Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa – RDC – nº 503, de 27/5/2021, que dispõe sobre os requisitos mínimos exigidos para a terapia de nutrição enteral, especialmente no que se refere à obrigatoriedade da constituição das equipes multiprofissionais de terapia nutricional – EMTN – em todas as unidades hospitalares no Estado;

nº 13.213/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para envidar os esforços necessários com vistas ao atendimento das demandas apresentadas no documento intitulado “Carta Proposta”, assinado pela presidenta do Conselho Regional de Nutricionistas da 9ª Região, que inclui a regulamentação da Lei nº 15.072, de 2004, que dispõe sobre a promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino; a ampliação do número de nutricionistas nos quadros da SEE e da SES; a revisão da Lei nº 23.938, de 2021, que estabelece princípios, diretrizes e objetivos para as ações do Estado voltadas para os cuidados paliativos no âmbito da saúde pública, de forma a promover-se a inclusão de nutricionistas nas equipes interdisciplinares, entre outras reivindicações;

nº 13.214/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado às Secretarias de Estado de Educação e de Saúde pedido de providências para promover as tratativas necessárias ao atendimento das demandas apresentadas durante a 20ª Reunião Extraordinária da comissão, realizada em 29/8/2022, com a finalidade de debater, por ocasião do Dia da Nutricionista,

celebrado em 31 de agosto, a valorização e a importância do papel desse profissional para a promoção da saúde e da educação alimentar e nutricional da população, bem como para o combate à insegurança alimentar no Estado”; e seja encaminhado aos mencionados órgãos o *link* com o inteiro teor da mencionada audiência pública;

nº 13.215/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – e à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para promover a realização dos concursos públicos necessários à recomposição dos quadros de nutricionistas no âmbito das respectivas pastas, considerando-se a essencialidade desses profissionais na execução das políticas de educação e de assistência à saúde;

nº 13.216/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação – SEE – pedido de providências para adotar, no âmbito das suas atribuições, as medidas necessárias para garantir-se a designação de nutricionistas no âmbito de todas as superintendências regionais de ensino, de forma a assegurar o quantitativo suficiente desses profissionais para o trabalho voltado ao fortalecimento da nutrição e da agricultura familiar em todos os municípios de Minas Gerais, em cumprimento das diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae;

nº 13.217/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais pedido de informações complementares sobre a classificação das delegacias especializadas de atendimento às mulheres – Deams – no Estado, com esclarecimentos sobre quais as ações implementadas com vistas à maior humanização dos atendimentos nessas delegacias; quais unidades possuem atendimento psicossocial em sua estrutura interna; quais unidades contam com equipes multidisciplinares, indicando-se o quantitativo desses profissionais por delegacia, as respectivas formações ou especialidades, quantos têm atuação exclusiva, as cargas horárias diárias cumpridas, vínculos funcionais (servidores, empregados públicos, contratados, cedidos, requisitados); número de atendimentos psicossociais realizados mensalmente em cada unidade, uma vez que a resposta ao Requerimento nº 10.730/2022, por meio do Ofício PCMG/GAB-SEC nº 1966/2022, de 27/5/2022, apresentou dados relacionados a aproximadamente 25 das 67 Deams existentes no âmbito dos Departamentos de Polícia Civil – DEPPC –, não sendo possível colher mais esclarecimentos sobre o funcionamento das que integram, em especial, o 3º DEPPC de Vespasiano, o 8º DEPPC de Governador Valadares, o 13º DEPPC de Barbacena, o 14º DEPPC de Curvelo, o 15º DEPPC de Teófilo Otôni, o 16º DEPPC de Unaí e o 17º DEPPC de Pouso Alegre, salientando-se que essa iniciativa integra as atividades de monitoramento intensivo por esta comissão da temática “Atendimento adequado humanizado, por equipe multidisciplinar, as mulheres em situação de violência nas Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres – Deams –”, no âmbito do Assembleia Fiscaliza Mais, edição 2022, conforme previsto no plano de trabalho apresentado em reunião realizada em 16/3/2022;

nº 13.295/2022, da deputada Ana Paula Siqueira, em que requer seja realizada audiência pública para debater a importância de ações de prevenção e combate ao câncer de mama, por ocasião da campanha Outubro Rosa.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de outubro de 2022.

Ana Paula Siqueira, presidenta.

 **ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 27/10/2022, ÀS 14 HORAS****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.202/2019, do governador do Estado, que autoriza o Estado, por meio do Poder Executivo, a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 35/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.133, que altera a Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 36/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.144, que acrescenta dispositivos à Lei nº 23.631, de 2 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de covid-19. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 37/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.149, que acrescenta artigos à Lei nº 21.735, de 3 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição de crédito estadual não tributário, fixa critérios para sua atualização, regula seu parcelamento, institui remissão e anistia e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 38/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.169, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação pelo Poder Executivo do percentual acumulado do índice de revisão geral anual da remuneração de seus servidores. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 39/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.171, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da lei orçamentária para o exercício de 2023. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 40/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.161, que institui o título de relevante interesse cultural do Estado e altera a Lei nº 11.726, de 30 de dezembro de 1994, que dispõe sobre a política cultural do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 41/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 175, que altera a Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 42/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.182, que altera o art. 57 da Lei nº 14.184, de 31 de janeiro de 2002, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da administração pública estadual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 43/2022 – Veto Total à Proposição de Lei nº 25.186, que altera a Lei nº 13.392, de 7 de dezembro de 1999, que isenta o cidadão desempregado do pagamento de taxa de inscrição em concurso público do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 44/2022 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 25.180, que dispõe sobre a emissão de diploma ou certificado de conclusão de curso em formato acessível para a pessoa com deficiência visual. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 24/10/2022, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Rogerio Aparecido da Silva, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Alessandro Cardoso dos Santos, padrão VL-10, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doutor Jean Freire;

nomeando Isabella Moreira Montes, padrão VL-17, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;

nomeando Rafaella Brandão Braga, padrão VL-30, 4 horas, com exercício no Bloco Deputado Luiz Humberto Carneiro.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 82/2022

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 150/2022

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/11/2022, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de ferramentas elétricas e manuais.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2022.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

PROCESSO Nº 1011014 145/2022 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Objeto: serviço de manutenção corretiva de *scanner* planetário

Em 20/10/2022, o presidente e o 1º-secretário ratificaram, nos termos do art. 26, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, o Processo nº 1011014 145/2022, com licitação declarada inexigível, nos termos do art. 25, I, do mesmo diploma legal, bem como autorizaram a despesa em favor da empresa Scansystem Ltda.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 94/2022

Número no Siad: 9319189/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Itacolomi Comunicação Ltda. Objeto do contrato: serviço de conexão de dados para acesso à Internet. Objeto do aditamento: primeira prorrogação do Contrato nº 8/2022, sem reajuste de preço. Vigência: 4/2/2023 a 3/2/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3390.10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 100/2022

Número no Siad: 9320346/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Claro S.A. Objeto: prestação de serviços de transmissão por rede óptica de sinais de áudio, vídeo e dados da TV Assembleia. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: de 22/2/2023 a 21/2/2024, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3.90 (10.1).



ERRATAS

TERMO DE ADITAMENTO Nº 96/2022*

Número no Siad: 9223883-6/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elevadores Atlas Schindler Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento integral de peças, em 16 elevadores instalados no Palácio da Inconfidência, no Edifício Carlos Drummond de Andrade e no Edifício Tiradentes, Belo Horizonte – MG. Objeto do aditamento: prorrogação excepcional por seis meses ou até o início de vigência do contrato de igual conteúdo que resultará do Processo SEI 000029-0/2022. Vigência: seis meses, entre 3.11.2022 e 2.5.2023, inclusive, ou até a assinatura do contrato decorrente do Procedimento Licitatório SEI 000029-0/2022. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

*– Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/10/2022, na pág. 14.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 102/2022*

Número no Siad: 9238314-3/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação dos Servidores do Legislativo do Estado de Minas Gerais – Aslemg. Objeto: locação de uma loja e 10 vagas de garagem do Edifício Montesquieu, na Av. Olegário Maciel, 2161. Objeto do aditamento: 21ª prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 2/12/2022 a 1º/12/2023. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).

*– Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 22/10/2022, na pág. 14.